

Olavo Setúbal teme uma convulsão social

236

por Milton Coelho da Graça
de Nova York

"Os banqueiros daqui ficaram muito nervosos com a derrota do 2.024 no Congresso, disse ontem aos jornalistas o presidente do Banco Itaú, Olavo Setúbal, pouco depois de falar sobre 'os dilemas econômicos e as perspectivas políticas do Brasil', na escola de estudos internacionais avançados da Universidade John Hopkins. "Eu ainda não sabia da votação, quando um deles me acordou de madrugada para falar do assunto."

Em sua palestra, Setúbal fez uma vigorosa defesa da capacidade do Brasil para ultrapassar seus problemas, mas alertou que seria um equívoco levar em conta apenas a dívida externa na elaboração da política econômica.

"Se deixarmos de levar em conta a importância de proteger os empregos e os ganhos da população trabalhadora como uma responsabilidade básica do governo — afirmou — estaremos procurando problemas sob a forma de convulsão social."

Setúbal inicialmente alinhou os principais fatos do desenvolvimento brasileiro, explicando que as exportações cresceram de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 23,3 bilhões entre 1970 e 1981, enquanto no mesmo período a dívida cresceu de US\$ 5,3 bilhões para US\$ 83,6 bilhões. Disse também que a poupança interna média nesse período foi 19,7% do PNB e que a média do financiamento externo foi de 1,8%.

Mas — explicou — em 1982 os pagamentos de juros sobre a dívida externa atingiram US\$ 12,6 bilhões — cerca de 60% do total de exportações. "A solução deste problema — disse Setúbal — está além dos regulamentos do FMI, cuja ênfase em saldos comerciais sempre crescentes, como básica condição de sua garantia e aprovação, constitui certamente uma prescrição altamente recessiva para economias recém-industrializadas e de urbanização razoavelmente complexa."

Ele defendeu a necessidade de profundas mudanças na ordem econômica ocidental, de maneira a facilitar a recuperação do comércio mundial e a estabilização das relações norte-sul. "Mas — disse — enquanto as projeções desta nova ordem econômica constituem apenas propostas abstratas para a reorganização do mundo capitalista, conforme vimos recentemente na Conferência de Williamsburg, a realidade estava lá — dura e cruel —, para quem quisesse ver: de um lado, as nações

devedoras fazendo ingentes esforços para aumentar suas exportações, reduzir as importações, acumular saldos favoráveis, fortalecer reservas e pagar juros. Do outro lado, as economias desenvolvidas erigindo barreiras comerciais diante do crescente desemprego dentro de suas fronteiras, onde o número de desempregados atinge pelo menos 30 milhões."

Para Setúbal, a abertura política é apenas um dos passos do processo de democratização. "Sem estratégias que definam claramente a divisão de responsabilidades entre os setores público e privado, reconheçam o amplo universo das diferenças individuais, revitalizem as expectativas sociais e renovem a necessária autoridade moral dos líderes do processo econômico, estaremos certamente condenados a um perigoso imobilismo, sem poder controlar nosso próprio destino."

Por isso, segundo Setúbal, a comunidade financeira internacional não pode reduzir a análise dos problemas brasileiros a termos meramente quantitativos. "E é também por isso — afirmou — que a dimensão política de nossa crise torna a eleição presidencial o passo fundamental na consolidação do trabalho de democratização."

Ele terminou sua palestra reiterando sua confiança no futuro, lembrando aos quase 150 convidados e estudantes que, "entre 1970 e 1980, a força de trabalho urbana no Brasil aumentou 86%, contra apenas 25% nos Estados Unidos, 20% no Japão, 13% na França, 2,2% no Reino Unido e zero na Alemanha Ocidental".

No debate, que durou apenas meia hora, porque Setúbal tinha de viajar ontem mesmo para o Brasil, ele afirmou que acredita na aprovação do 2.045, porque ele se tornou uma condição 'sine qua non' da renegociação da dívida, "conforme o Larosiére deixou muito claro". E afirmou que uma nova renegociação será necessária quando um novo governo assumir no Brasil e os banqueiros internacionais terão de compreender a necessidade de aumentar o prazo de pagamento e limitar o pagamento de juros, a, no máximo, 30% das exportações brasileiras, sem o que o desenvolvimento do País se tornará inviável.

Entre os presentes estava o embaixador dos Estados Unidos no Brasil em 1964, professor Lincoln Gordon. Mas ele apenas disse, "este não é o momento de responder", quando lhe foi perguntado o que, a seu ver, havia acontecido de errado no Brasil.